



**Concessionária CS Mobi
Cuiabá SPE S.A.**

Demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2022

Concessionária CS Mobi Cuiabá SPE S.A.

Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022.

Índice

| | |
|--|----|
| Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras | 3 |
| Balancos patrimoniais..... | 6 |
| Demonstrações do resultado | 7 |
| Demonstrações do resultado abrangente | 8 |
| Demonstrações das mutações do patrimônio líquido..... | 9 |
| Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto | 10 |
| Notas explicativas às demonstrações financeiras..... | 11 |

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos
Administradores e Acionistas da
Concessionária CS Mobi Cuiabá SPE S.A.
Cuiabá – Mato Grosso

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da **Concessionária CS Mobi Cuiabá SPE S.A. (“Empresa”)** que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de 02 (dois) meses e 07 (sete) dias findo naquela data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e demais notas explicativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Concessionária CS Mobi Cuiabá SPE S.A.** em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa o período de 02 (dois) meses e 07 (sete) dias findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Empresa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração da Empresa é responsável pela elaboração e adequada apresentação destas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Empresa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Empresa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Empresa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantivemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar a nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria a fim de planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Empresa;

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras--Continuação

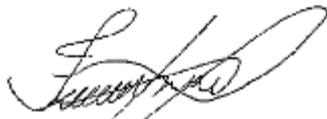
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Empresa a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante os nossos trabalhos.

São Paulo, 28 de junho de 2023.

Baker Tilly 4Partners Auditores Independentes S.S.

CRC 2SP-031.269/O-1



Fábio Marchesini

Contador CRC 1SP-244.093/0-1

CONCESSIONÁRIA CS MOBI CUIABÁ SPE S.A.**Balances patrimoniais****Em 31 de dezembro de 2022****Em milhares de reais**

| Ativo Circulante | Nota | 31/12/2022 |
|--|-------------|-------------------|
| Caixa e equivalentes de caixa | 6 | 17.127 |
| Imposto de renda e contribuição social a recuperar | 9.2 | 10 |
| Despesas antecipadas | | 16 |
| | | 17.153 |
| Intangível | 7 | 950 |
| | | 950 |
| Total do ativo | | 18.103 |

| Passivo Circulante | Nota | 31/12/2022 |
|---|-------------|-------------------|
| Imposto de renda e contribuição social a recolher | 9.1 | 11 |
| Tributos a recolher | 8 | 58 |
| | | 69 |
| Patrimônio líquido | | |
| Capital social | 10 | 18.000 |
| Reserva de Lucros | | 34 |
| Patrimônio líquido atribuível aos acionistas controladores | | 18.034 |
| Total do passivo e patrimônio líquido | | 18.103 |

CONCESSIONÁRIA CS MOBI CUIABÁ SPE S.A.
Demonstrações dos resultados
Para o período de 24 de outubro a 31 de dezembro de 2022
Em milhares de reais

| | Nota | 24/10/2022 a 31/12/2022 |
|---|-------------|------------------------------------|
| Despesas administrativas | - | (1) |
| Lucro antes das despesas e receitas financeiras | | (1) |
| Receitas financeiras | 12 | 46 |
| Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social | | 45 |
| Imposto de renda e contribuição social - corrente | 9.1 | (11) |
| Total do imposto de renda e da contribuição social | | (11) |
| Lucro líquido do período | | 34 |

CONCESSIONÁRIA CS MOBI CUIABÁ SPE S.A.
Demonstrações dos resultados abrangentes
Para o período de 24 de outubro a 31 de dezembro de 2022
Em milhares de reais

| | 24/10/2022 a 31/12/2022 |
|---|------------------------------------|
| Lucro líquido do período | 34 |
| Total de outros resultados abrangentes | - |
| Resultado abrangente do período | 34 |

CONCESSIONÁRIA CS MOBI CUIABÁ SPE S.A.
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Para o período de 24 de outubro a 31 de dezembro de 2022
Em milhares de reais

| | Capital social | Lucros acumulados | Total do patrimônio líquido |
|--|-----------------------|--------------------------|------------------------------------|
| Saldos em 24 de outubro de 2022 | - | - | - |
| Integralização de capital | 18.000 | - | 18.000 |
| Resultado do exercício | - | 34 | 34 |
| Saldos em 31 de dezembro 2022 | 18.000 | 34 | 18.034 |

CONCESSIONÁRIA CS MOBI CUIABÁ SPE S.A.
Demonstrações dos Fluxos de Caixa
Para o período de 24 de outubro a 31 de dezembro de 2022
Em milhares de reais

| | Nota | 24/10/2022 a 31/12/2022 |
|--|------|----------------------------|
| Fluxo de caixa das atividades operacionais | | |
| Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social | 9.1 | 45 |
| | | 45 |
| Despesa antecipadas | | (16) |
| Obrigações trabalhistas e tributos a recolher | 8 | 58 |
| | | 42 |
| Imposto de renda e contribuição social a recuperar | 9.2 | (10) |
| Caixa líquido geradas pelas atividades operacionais | | 77 |
| Fluxo de caixa das atividades de investimentos | | |
| Adições ao ativo imobilizado e intangível | 7 | (950) |
| Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento | | (950) |
| Fluxo de caixa das atividades de financiamentos | | |
| Integralização de Capital | 10 | 18.000 |
| Caixa líquido originado das atividades de financiamento | | 18.000 |
| Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa | | |
| Caixa e equivalentes de caixa | | 17.127 |
| No início do exercício | 6 | - |
| No final do período | 6 | 17.127 |
| Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa | | 17.127 |

CONCESSIONÁRIA CS MOBI CUIABÁ SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras para o período de 24 de outubro de 2022 a 31 de dezembro de 2022

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1. Informações Gerais

A Concessionária CS Mobi Cuiabá SPE S.A. ("CS Cuiabá" e/ou "Empresa"), constituída em 24 de outubro de 2022, com sede em Cuiabá, Estado do Mato Grosso, Brasil, é uma Sociedade de Propósito Específico (SPE) que tem como atividade principal a realização do contrato de parceria público-privada, na modalidade concessão, com a revitalização das vias e logradouros públicos da região central, gestão do Mercado Municipal Miguel Sutil com implementação, operação, e manutenção de estacionamento rotativo e de mobiliário urbano, com foco na melhoria da mobilidade urbana municipal, e assinou em 20 de dezembro de 2022 o contrato de concessão 558/2022/PMC, onde a CS Brasil Transportes ("CS Brasil") detém 75% de participação da Empresa, sendo uma controlada indireta da Simpar S.A ("Grupo Simpar").

1.1. Contrato de Concessão

Contrato de parceria público-privada, na modalidade concessão, para a revitalização das vias e logradouros públicos da região central, gestão do Mercado Municipal Miguel Sutil com implementação, operação, e manutenção de estacionamento rotativo e de mobiliário urbano, com foco na melhoria da mobilidade urbana municipal. O prazo de concessão é de 30 (trinta) anos com possibilidade de prorrogação.

Em 31 de dezembro de 2022 o contrato encontrava-se em fase pré-operacional, aguardando o cumprimento das condições precedentes, que devem ser concluídas no 1º semestre de 2023.

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis adotadas.

2.1 Declaração de conformidade (com relação ao Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC)

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as práticas incluídas na legislação societária Brasileira e os pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas para emissão pela diretoria em 28 de junho de 2023.

Todas as informações relevantes próprias das Demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

2.2. Base de mensuração

As Demonstrações financeiras anuais foram elaboradas com base no custo histórico como base de valor.

2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

CONCESSIONÁRIA CS MOBI CUIABÁ SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras para o período de 24 de outubro de 2022 a 31 de dezembro de 2022

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.4 Caixa e equivalentes de caixa

Incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo e de alta liquidez, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros propósitos. Para que um investimento seja qualificado como equivalente de caixa, ele precisa ter conversibilidade imediata em montante conhecido de caixa e estar sujeito a um insignificante risco de mudança de valor. Portanto, um investimento normalmente qualifica-se como equivalente de caixa somente quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da aquisição.

2.5. Intangível

2.5.1 Contratos de concessão

Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se essa avaliação continua a ser justificável. Quando aplicável, a mudança na vida útil de indefinida para definida é feita de forma prospectiva.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida são testados em relação à perda por redução ao valor recuperável anualmente em 31 de dezembro, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa, conforme o caso ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil.

O Contrato de Concessão da Empresa é de longo prazo sujeito a discussões de reequilíbrios junto ao poder concedente. Conseqüentemente, podem ocorrer modificações ao longo de sua vida contratual. Em adição às avaliações acerca de indicativos (internos ou externos) de impairment, a Administração da Empresa revisa anualmente as projeções de fluxo de caixa de seus contratos com o objetivo de avaliar se há algum indicativo de que os custos inevitáveis para satisfazer as obrigações do contrato excedem os benefícios econômicos que se esperam sejam recebidos ao longo do período contratual

CONCESSIONÁRIA CS MOBI CUIABÁ SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras para o período de 24 de outubro de 2022 a 31 de dezembro de 2022

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.6. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido (“IRPJ e CSLL”)

As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado.

O encargo de imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro corrente é calculado com base nas leis tributárias vigentes na data do balanço. A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Empresa nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro são apresentados líquidos, por Empresa contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório, e se existir um direito legal e exequível de compensar os passivos com os ativos fiscais, e se estiverem relacionados aos impostos lançados pela mesma autoridade fiscal.

O imposto de renda e a contribuição social sobre lucro diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. Entretanto, o imposto de renda e a contribuição social diferidos não são contabilizados se resultar do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma operação que não seja uma combinação de negócios, a qual, na época da transação, não afeta o resultado contábil, nem o lucro tributável (prejuízo fiscal).

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, serão considerados os lucros tributáveis futuros, ajustados para as reversões das diferenças temporárias existentes, com base nos planos de negócios da Empresa.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 anual para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

2.7. Provisões

Provisões são reconhecidas quando a Empresa tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita.

Quando a Empresa espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo.

A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

CONCESSIONÁRIA CS MOBI CUIABÁ SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras para o período de 24 de outubro de 2022 a 31 de dezembro de 2022

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.8. Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros são inicialmente registrados ao seu valor justo, acrescido, no caso de ativo financeiro ou passivo financeiro que não seja pelo valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativo financeiro ou passivo financeiro. Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço de acordo com a classificação dos instrumentos financeiros nas seguintes categorias:

- (i) Custo amortizado;
- (ii) Valor justo por meio do resultado;
- (iii) Valor justo por meio do resultado abrangente.

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. O direito legal não deve ser contingente em eventos futuros e deve ser aplicável no curso normal dos negócios e no caso de inadimplência, insolvência ou falência da empresa ou da contraparte.

3. Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação das demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da *Empresa* e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

4. Novas normas e interpretações ainda não efetivas

As seguintes alterações de normas foram emitidas pelo IASB mas não estão em vigor para o exercício de 2022. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis ("CPC"):

•**Alteração ao IAS 1 / CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis – Classificação de Passivos como Circulantes ou Não Circulantes:** As alterações esclarecem que os passivos são classificados como circulantes ou não circulantes, dependendo dos direitos que existem no final do exercício. A classificação não é afetada pelas expectativas da entidade ou eventos após a data do relatório (por exemplo, o recebimento de um waiver ou quebra de covenant). Adicionalmente, esclarecem a que se refere "liquidação" de um passivo à luz do IAS 1. Estas alterações têm vigência a partir de 1º de janeiro de 2023;

•**Alteração ao IAS 1 e IFRS Practice Statement 2 / CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis – Divulgação de Políticas Contábeis:** As alterações substituem todas as instâncias do termo "políticas contábeis significativas" por "políticas contábeis relevantes", sendo fornecidos guias e exemplos para ajudar entidades a aplicar o julgamento da materialidade para a divulgação de políticas contábeis. Estas alterações têm vigência a partir de 1º de janeiro de 2023;

•**Alteração ao IAS 8 / CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro:** as alterações esclarecem a distinção entre mudanças nas estimativas contábeis e mudanças nas políticas contábeis e correção de erros. De acordo com a nova definição, as estimativas contábeis são "valores monetários nas demonstrações financeiras que estão sujeitos à incerteza de mensuração". Estas alterações têm vigência a partir de 1º de janeiro de 2023;

CONCESSIONÁRIA CS MOBI CUIABÁ SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras para o período de 24 de outubro de 2022 a 31 de dezembro de 2022

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

•**Alteração ao IAS 12 / CPC 32 - Tributos sobre o Lucro:** a alteração emitida em maio de 2021 requer que as entidades reconheçam o imposto diferido sobre as transações que, no reconhecimento inicial, dão origem a montantes iguais de diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis. Isso normalmente se aplica a transações de arrendamentos (ativos de direito de uso e passivos de arrendamento) e obrigações de descomissionamento e restauração, como exemplo, e exigirá o reconhecimento de ativos e passivos fiscais diferidos adicionais. Estas alterações têm vigência a partir de 1º de janeiro de 2023;

•**IFRS 10 / CPC 36(R3) e IAS 28 / CPC 18 (R2) – Venda ou Contribuição de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou Joint Venture:** As alterações tratam especificamente sobre o tratamento contábil para os ganhos e as perdas resultantes da perda de controle de uma controlada que não contenha um negócio em uma transação com uma coligada ou empreendimento controlado em conjunto, contabilizada utilizando o método de equivalência patrimonial.

•**IFRS 17 / CPC 50 - Contratos de Seguro:** Estabelece os princípios para reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de contratos de seguro e substitui a IFRS 4 – Contratos de Seguro (CPC 11).

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Empresa.

5 Gerenciamento de riscos

a) Risco de crédito

O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação financeira prevista em um instrumento financeiro ou contrato, o que levaria ao prejuízo financeiro. A Sociedade está exposta ao risco de crédito, principalmente com relação a contas a receber, depósitos em instituições bancárias, aplicações financeiras e outros instrumentos financeiros mantidos com instituições financeiras.

i. Caixa e equivalentes de caixa, títulos, valores mobiliários e aplicações financeiras.

O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela tesouraria da Sociedade, amparada pelo seu Comitê Financeiro da controladora Simpar, de acordo com as diretrizes aprovadas pelo Conselho de Administração da controladora Simpar. Os recursos financeiros são investidos apenas em contrapartes aprovadas e dentro do limite estabelecido a cada uma, a fim de minimizar a concentração de riscos e, assim, mitigar o prejuízo financeiro no caso de potencial falência de uma contraparte.

O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual a Sociedade está exposta ao risco de crédito.

Para fins de avaliação de risco, são utilizadas uma escala local ("Br") ao risco de crédito extraídas de agências de *ratings*, conforme demonstrado abaixo:

| Rating em Escala Local "Br" | | |
|------------------------------------|-----------------|--|
| Nomenclatura | | Qualidade |
| Br | AAA | Prime |
| Br | AA+, AA, AA- | Grau de Investimento Elevado |
| Br | A+, A, A- | Grau de Investimento Médio Elevado |
| Br | BBB+, BBB, BBB- | Grau de Investimento Médio Baixo |
| Br | BB+, BB, BB- | Grau de Não Investimento Especulativo |
| Br | B+, B, B- | Grau de Não Investimento Altamente Especulativo |
| Br | CCC | Grau de Não Investimento Extremamente Especulativo |
| Br | DDD, DD, D | Grau de Não Investimento Especulativo de Moratória |

CONCESSIONÁRIA CS MOBI CUIABÁ SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras para o período de 24 de outubro de 2022 a 31 de dezembro de 2022

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A qualidade e exposição máxima ao risco de crédito da Sociedade para caixa, equivalentes de caixa, títulos, valores mobiliários e aplicações financeiras é a seguinte:

| | 31/12/2022 |
|---|---------------|
| Valores depositados em conta corrente | 291 |
| Br AA | 16.836 |
| Total de aplicações financeiras | 16.836 |
| Total de caixa e equivalentes de caixa | 17.127 |

6. Caixa e equivalentes de caixa

| | 31/12/2022 |
|--|---------------|
| Bancos | 291 |
| Total de disponibilidades | 291 |
| Operações compromissadas, lastreadas em debêntures | 16.836 |
| Total de aplicações financeiras | 16.836 |
| Total | 17.127 |

7. Intangível

A movimentação para o período de 24 de outubro de 2022 a 31 de dezembro de 2022 está demonstrada a seguir:

| Custo: | Intangível em andamento (i) | Total |
|---|-----------------------------|------------|
| Em 24 de outubro de 2022 | - | - |
| Adições | 950 | 950 |
| Transferências | - | - |
| Em 31 de dezembro de 2022 | 950 | 950 |
| Saldos líquidos: | | |
| Saldos em 31 de dezembro de 2022 | 950 | 950 |

(i) Refere-se a obras, serviços de melhoria e obrigações com poder concedente até o momento de início de operação.

Em 31 de dezembro de 2022 o contrato encontrava-se em fase pré-operacional, aguardando o cumprimento das condições precedentes, que devem ser concluídas no 1º semestre de 2023.

8. Tributos a Recolher

| | 31/12/2022 |
|--|------------|
| PIS e COFINS | 44 |
| Imposto de renda retido na fonte - IRRF e outros | 14 |
| Total | 58 |
| Circulante | 58 |
| Não circulante | - |
| Total | 58 |

CONCESSIONÁRIA CS MOBI CUIABÁ SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras para o período de 24 de outubro de 2022 a 31 de dezembro de 2022

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

9. Imposto de renda e contribuição social

9.1. Conciliação de despesa de imposto de renda e contribuição social

Os valores correntes são calculados com base nas alíquotas atualmente vigentes sobre o lucro contábil antes do IRPJ e CSLL, acrescido ou diminuído das respectivas adições, e exclusões e compensações permitidas pela legislação vigente.

| | 24/10/2022 a 31/12/2022 |
|---|----------------------------|
| Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social | 45 |
| Alíquotas nominais | 24% |
| IRPJ e CSLL calculados às alíquotas nominais | (11) |
| IRPJ e CSLL apurados | (11) |
| Corrente | (11) |
| Diferido | - |
| IRPJ e CSLL no resultado | (11) |
| Alíquotas efetivas | -24% |

9.2. Imposto de renda e da contribuição social a recuperar e recolher

As movimentações do imposto de renda e contribuição social correntes no período de 24 de outubro de 2022 a 31 de dezembro de 2022, estão demonstradas a seguir:

| | |
|---|------------|
| Saldos em 24 de outubro de 2022 | - |
| Provisão de Imposto de renda e contribuição social do período a pagar | (11) |
| Antecipações, compensações e recolhimentos no período | 10 |
| Saldos em 31 de dezembro de 2022 | (1) |
| Imposto de renda e contribuição social a recuperar - circulante | 10 |
| Imposto de renda e contribuição social a recuperar - não circulante | - |
| Imposto de renda e contribuição social a recolher | (11) |
| Saldos em 31 de dezembro de 2022 | (1) |

10. Capital Social

O capital social da Empresa, totalmente subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2022, é de R\$ 18.000, sendo 75% de sua controladora CS Brasil Transportes de Passageiros e serviços ambientais LTDA, e 25% distribuídos entre os demais acionistas (24% Promulti Engenharia, Infraestrutura e Meio Ambiente LTDA, e 1% AREATEC – Tecnologia e serviços LTDA.).

| | Valor |
|---|---------------|
| Saldos em 24 de outubro de 2022 | - |
| Integralização de capital | 18.000 |
| Saldos em 31 de dezembro de 2022 | 18.000 |

CONCESSIONÁRIA CS MOBI CUIABÁ SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras para o período de 24 de outubro de 2022 a 31 de dezembro de 2022

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

11. Cobertura de seguros

A Sociedade possui seguros, cuja cobertura contratada é considerada pela Administração suficiente para cobrir eventuais riscos sobre seus ativos e/ou responsabilidades. As coberturas de seguros são:

- a) Seguros para garantias de obrigações públicas

Responsabilidade sobre obrigações públicas

Os seguros sobre propriedade de terceiros estão apresentados da seguinte forma:

| Garantia | Vigência | Importância segurada |
|--|----------------------------|---------------------------------|
| Garantia do cumprimento das obrigações com a Concessão Adm da requalificação urbana no Município de Cuiabá | 21/11/2022 – 21/11/2023 | 17 |

12. Resultado Financeiro

| | 31/12/2022 |
|---------------------------------|-------------------|
| Receitas financeiras | |
| Aplicações financeiras | 46 |
| Receita financeira total | 46 |